

**21** Q557674 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2015 Banca: FCC Órgão: TRT - 4ª REGIÃO (RS) Prova: Analista Judiciário -  
BETA Área Judiciária

Nas hipóteses de controle jurisdicional de constitucionalidade existentes no sistema brasileiro, as decisões possuem eficácia,

- a) subjetiva *erga omnes* e temporal *ex tunc*, em se tratando de controle concentrado, atingindo todos os atos praticados desde a vigência da norma declarada inconstitucional, salvo limitação de tais efeitos declarada pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos da lei.
- b) subjetiva *erga omnes* e temporal *ex tunc*, em se tratando de controle difuso, atingindo todos os atos anteriores à decisão, salvo limitação declarada pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos da lei.
- c) subjetiva *erga omnes* e temporal *ex nunc*, em se tratando de controle concentrado, salvo a possibilidade da atribuição de efeitos retroativos pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos da lei.
- d) subjetiva intra partes e temporal *ex nunc* em se tratando de controle difuso, somente podendo aplicar-se a atos anteriores à decisão se houver a suspensão da execução da lei pelo Senado Federal.
- e) subjetiva limitada aos legitimados para a propositura da ação e temporal *ex tunc*, em se tratando de controle concentrado, alcançando todos os atos praticados desde a vigência da norma declarada inconstitucional, salvo a limitação de tais efeitos pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos da lei.

---

**22** Q604457 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2015 Banca: FUNCAB Órgão: Faceli Prova: Procurador

Se um órgão usurpa iniciativa reservada ao Presidente da República na Constituição Federal e aprova o projeto decorrente de tal usurpação, a hipótese ensejará inconstitucionalidade:

- a) formal.
- b) material.
- c) omissiva.
- d) parcial.
- e) superveniente.

---

**23** Q525920 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2015 Banca: FCC Órgão: TRT - 1ª REGIÃO (RJ) Prova: Juiz do trabalho

Em relação ao controle de constitucionalidade reservado ao Supremo Tribunal Federal,

- a) as decisões, tanto da Ação Direta de Inconstitucionalidade como da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, não podem ser objeto de ação rescisória e, se julgadas procedentes, admitem modulação de efeitos.
- b) podem propor ação direta de inconstitucionalidade, entre outros: a mesa do Senado Federal, o Procurador-Geral da República, o Governador do Estado e o Prefeito de município com mais de cem mil habitantes.
- c) é incabível a medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- d) ao contrário da Ação Direta de Inconstitucionalidade, a Ação Declaratória de Constitucionalidade não é passível de desistência.
- e) apenas se julgada procedente, a Ação Direta de Inconstitucionalidade possui efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário.

---

Respostas 21: **a** 22: **a** 23: **a**